

SALÁRIO: Governo quer volta de piso diferenciado, que permitiria reajuste maior para trabalhador de regiões mais ricas

Mínimo regional ganha força

ANA D'ANGELO

BRASÍLIA — Está cada vez mais forte no governo a proposta de adotar salários mínimos diferenciados no país, o que, na prática, significa a sua regionalização. A ideia do grupo de técnicos e especialistas que estuda a nova política do mínimo é estabelecer um valor nacional e vários estaduais ou regionais.

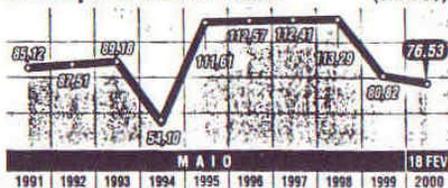
É a saída para o governo ter as condições de dar reajustes salariais mais significativos aos trabalhadores das regiões economicamente mais desenvolvidas, onde o custo de vida também é maior. A análise dos técnicos é que essa regionalização não requer mudança na Constituição.

A proposta é implantar a nova política, que seria permanente, já a partir de 1º de maio deste ano. Mas isso dependerá das condições políticas. Por isso, é possível que o governo só dê o reajuste para o mínimo atual e adote a nova política a partir do ano que vem. Os valores de eventuais pisos regionais ou o índice de reajuste não estão ainda em discussão. Por enquanto, o grupo de trabalho só está pensando o modelo da nova política.

Em dólar — Em São Paulo, por exemplo, o valor pode até ser o tão falado US\$ 100. O presidente Fernando Henrique Cardoso já tinha anunciado no fim do ano passado que o governo estava estudando a adoção de "pisos profissionais". A Previdência Social teria como referência o salário mínimo nacional que, nesse caso, seria o menor.

A equipe, que é comandada pelo secretário de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, Edward Amado, já diagnosticou a situação:

A evolução do salário mínimo (em US\$)



Fonte: Ministério da Previdência

1) não é possível manter um mínimo único que atenda as necessidades de todos os trabalhadores do país; 2) a atual política já é talhada para não provocar estragos na oferta de empregos nas regiões mais pobres.

Mantida a unificação, uma política salarial ativa em determinado estado será hiperativa em outra. Ou o inverso, como ocorre hoje: o salário mínimo atual de R\$ 136 movimentaria a economia de um estado como o Piauí, mas não tem quase nenhum efeito em São Paulo, onde poucos trabalhadores ganham esse valor.

Mais desemprego — Segundo estudos dos técnicos, o salário médio recebido pelo trabalhador no Piauí é equivalente a 1,08 mínimo. Boa parte recebe menos do que o piso nacional. O resultado da elevação do mínimo para US\$ 100 (ou R\$ 177,70, pela cotação da última sexta-feira) seria o aumento brutal do desemprego e da informalidade nas regiões menos desenvolvidas.

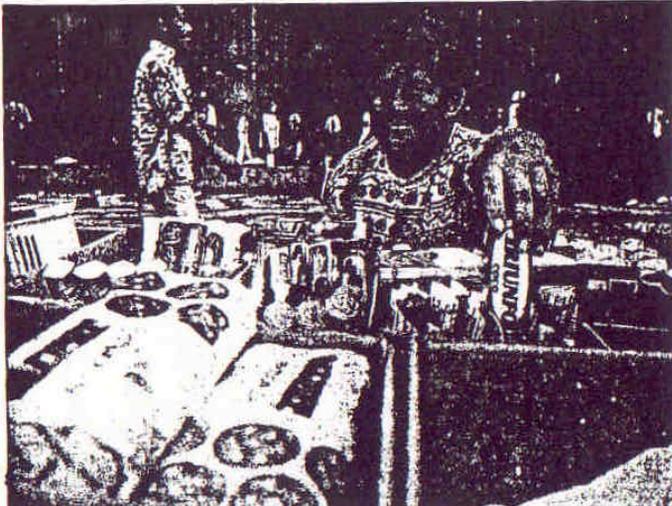
A Previdência Social teria regras únicas em todo o país, tendo como piso o salário mínimo nacional. Ou seja, tanto a contribuição mais baixa e o benefício mínimo teriam como referência esse valor nacional. É claro que os segurados do INSS em

São Paulo ou no Rio poderiam se aposentar com base no mínimo que recebem, desde que também contribuíssem sobre esse valor.

A regionalização não é ideia nova. O mínimo já nasceu regionalizado, em 1940. Valia 240 mil réis no Rio, então capital do Brasil. O menor valor, de 90 mil réis, era pago em cidades do interior, principalmente do Nordeste. Isso acabou provocando uma corrida dos trabalhadores rumo aos grandes centros. A unificação começou em 1960 e só terminou em 1º de maio de 1984, quando restavam dois mínimos — um vigente no Sul e no Sudeste e outro no resto do país.

Para os técnicos do governo, essa regionalização não deve provocar a migração de trabalhadores, já que os grandes centros apresentam custo de vida e taxa de desemprego maiores.

Não é o que pensa o economista e professor da Unicamp, Márcio Pochmann. Ele considera a regionalização do mínimo um retrocesso e avalia que haverá migração dos trabalhadores para as regiões onde o salário mínimo for maior. "Vai consolidar o que já existe na prática, que é a desigualdade de renda por setor e região que existe no país", prevê.



O ambulante Eduardo de Andrade ganha em dois dias de trabalho o equivalente a um mínimo

Malabarismo para pagar as contas

CAROLINA NOVAES
Especial para o JB

Mãe de três filhos, Sandra Ferreira presta serviços gerais numa escola em Botafogo. Recebe um salário mínimo por mês. "Não dá para comprar nada além do básico, não sobra dinheiro para dar um presentinho às crianças. Isso não é digno", desabafa. Ainda assim,

mora em casa própria e já comprou vários eletrodomésticos, como fogão, televisão e geladeira. Tudo a prestação. "As vezes, as contas se complicam, mas sempre tem alguém para ajudar", explica. Sandra não sabe responder como é que consegue viver, sem ter dívidas, com apenas R\$ 136. "Quando acaba o mês, eu me pergunto como foi que eu consegui passar por ele."

O ambulante Eduardo Floresta de Andrade lembra que a época em que passou mais sufoco com a falta de dinheiro foi quando recebia um salário mínimo e meio por mês. "Nem quando eu vendia leite das fazendas em Campina Grande (PB)

era pior." Quando chegou ao Rio, há seis anos, foi trabalhar como porteiro num condomínio em Botafogo. Tinha um quarto no próprio prédio, pelo qual não pagava — o que não aliviava em nada as contas no final do mês. "Conseguia juntar, a muito custo, R\$ 70 para mandar para minha mulher e três filhos no Nordeste. Em um mês eu ganhava o que eu ganho hoje em dois dias", disse.

José Francisco Filho, um aposentado de 73 anos, também ganha um salário mínimo por 58 dias de trabalho como pedreiro. Hoje, sem ninguém mais para sustentar, José Francisco mora, de favor, no terreno de uma igreja em Santa Cruz.

Marco Tassinaro